

A construção da agenda e o papel do empreendedor de políticas públicas a partir do Modelo de Múltiplos Fluxos: a experiência do Ocupa Mãe

Building the Agenda and the Role of the Public Policy Entrepreneur Based on the Multiple Streams Model: the Experience of Ocupa Mãe

Carolina Borges

Cientista da Computação e pós-graduada em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Premiada em 2022 em duas competições de inovação política na esfera municipal e federal. Ativista política em participação do controle social com foco em mães, mulheres e crianças.

E-mail: borges.carolinaa@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar as relações do ativismo político, feito através de mídias sociais entre 2019 e 2022, com a formação da agenda governamental, utilizando para isso o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon. Este modelo foi elaborado a partir de estudos de Kingdon (2003) e Zahariadis (2007) sobre a formação de agenda governamental. Quatro atuações do movimento político Ocupa Mãe foram mapeadas e relacionadas com os fluxos que compõem o modelo, e comparadas com atuações semelhantes ao de empreendedores de políticas públicas. Para Capella (2006), o empreendedor de políticas públicas é o indivíduo especialista em uma determinada questão, persistente na defesa de suas ideias e que promove a conexão entre problemas, soluções e clima político. Foi avaliado também se houve a convergência destes fluxos e o acesso à agenda governamental. Os resultados mostram que, a partir do mapeamento apresentado, é possível perceber que o Modelo dos Múltiplos Fluxos se mostrou adequado para analisar o desfecho dos casos analisados, independentemente da efetividade da alteração da agenda pública.

Palavras-chave: Ativismo político. Modelo de múltiplos fluxos. Maternidade. Redes sociais.

Abstract

The objective of this article is to analyse the relationship between political activism, carried out through social media between 2019 and 2022, and the formation of the government agenda, using Kingdon's Multiple Streams Model for this purpose. This model was developed based on studies by Kingdon (2003) and Zahariadis (2007) on forming the government agenda. Four actions of the political movement Ocupa Mãe were mapped and related to the flows that comprise the model and compared to actions similar to those of public policy entrepreneurs. For Capella (2006), the public policy

entrepreneur is the individual who is an expert in a particular issue, persistent in defending their ideas, and who promotes the connection between problems, solutions, and political climate. It was also evaluated whether these flows and access to the government agenda were converged. The results show that from the mapping presented, it is possible to perceive that the Multiple Streams Model proved to be suitable for analysing the outcome of the cases analysed, regardless of the effectiveness of the change in the public agenda.

Keywords: Political activism. Multi-stream model. Maternity. Social media.

1 Introdução

Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas, porém apenas algumas questões são consideradas. Essas questões compõem a agenda decisional: questões prontas para se tornarem políticas públicas (Capella, 2006). Este artigo analisa as relações entre o ativismo político feito através das mídias sociais¹ do movimento Ocupa Mãe entre 2019 e 2022, com a formação da agenda governamental, utilizando o Modelo de Múltiplos Fluxos.

Apesar da falta de indicadores sobre a eficácia das atuais políticas públicas relacionadas à maternidade e infância, o conhecimento empírico adquirido através de pesquisas, escutas e relatos espontâneos originados do movimento Ocupa Mãe evidencia a baixa eficácia destas políticas públicas. Um exemplo é a ausência de palavras relacionadas à maternidade no Programa de Metas 2021-2024 da Prefeitura de São Paulo.

Essa baixa eficácia de políticas públicas que apoiam a rotina das mães gera uma sobrecarga cotidiana que dificulta a participação política e a ausência do debate sobre o assunto maternidade e infância. Contudo, a divulgação nas redes sociais e a presença física das mães participando dos espaços políticos de controle social e de consultas públicas têm despertado o interesse dos formuladores de políticas na discussão e implementação de políticas específicas para esse grupo social.

O movimento Ocupa Mãe surgiu em 2018 com a intenção de orientar e incentivar a participação política das mães e crianças, evidenciando a construção de políticas públicas mais assertivas e eficientes para mães e crianças através da participação política destas. Essas ações são realizadas através de divulgação nas redes sociais e sites, a saber: Instagram, Facebook, LinkedIn e Whatsapp.

Diante do disposto, o exercício analítico proposto tem como foco pensar: em que medida as ações feitas pelo movimento Ocupa Mãe contribuem para a formação da agenda governamental? O Modelo de Múltiplos Fluxos pode ser aplicado num contexto de ativismo político pelas redes sociais? As ações do movimento Ocupa Mãe podem ser caracterizadas como ações de um empreendedor de políticas públicas? (Capella, 2006). As ações realizadas pelo movimento Ocupa Mãe foram analisadas considerando os três fluxos propostos pelo modelo: o fluxo dos problemas, o fluxo das soluções e o fluxo político, listando exemplos práticos, observando como a atuação política de convergência desses fluxos atuou ou não na construção da agenda governamental.

O artigo aparece dividido em três seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta os Modelos de Múltiplos Fluxos e a convergência entre eles. A segunda

1 - Mídias sociais em questão: site, perfil no Instagram, perfil do Facebook e perfil no LinkedIn.

seção relaciona os exemplos práticos com os fluxos, assim como a atuação como um empreendedor de políticas públicas através das ações do movimento Ocupa Mãe. Na terceira seção se apresentam as conclusões sobre como o Modelo de Múltiplos Fluxos influencia ou não na agenda governamental.

2 O Modelo de múltiplos fluxos

A partir dos estudos de Kingdon (2003) e Zahariadis (2007) sobre a formação de agenda governamental, foi elaborado o Modelo de Múltiplos Fluxos. O modelo foi desenvolvido, a princípio, para analisar as políticas públicas nas áreas de saúde e transportes do governo federal norte-americano, tornando-se referência para os estudos voltados à análise da formulação de políticas governamentais. O autor define a agenda governamental como o conjunto de assuntos que recebem atenção do governo num determinado momento. Porém, devido à complexidade e volume de questões apresentadas, apenas algumas delas podem ser consideradas em determinado momento.

O processo de tomada de decisão nas políticas públicas poderia ser representado pela confluência de três grandes fluxos dinâmicos: o fluxo de problemas, o fluxo de soluções e o fluxo político (Kingdon, 2003). A convergência dos três fluxos decisórios pode permitir que determinadas questões passem a fazer parte da agenda decisória. Essa convergência ocorre em momentos críticos: “Afirmamos que a junção dos fluxos – *coupling* – ocorre em momentos em que as janelas (*policy windows*) se encontram abertas.” (Capella, 2006, p. 31).

2.1 Fluxo de problemas

O Fluxo dos Problemas analisa como as questões são levadas a compor a agenda do governo. Para Kingdon (2003), o problema é uma situação social percebida, mas que não necessariamente desperta ação em contrapartida. Um problema público está apto para entrar na agenda governamental quando formuladores de políticas públicas acreditam que devem fazer algo a respeito da questão.

Segundo Kingdon (2003), a atenção dos formuladores de políticas públicas se daria em função de três mecanismos: indicadores (dados e interpretações reunidos podem apontar certa questão como problemática e tornando-a foco de atenção governamental); eventos, crises e símbolos (somados a indicadores, auxiliam na percepção existente sobre uma dada questão, transformando-a em problema e inserindo-a na agenda); *feedback* das ações governamentais (monitoramento e avaliação dos programas implementados).

Para Capella (2006), a resposta dos formuladores depende da forma como estes percebem e interpretam a realidade. Considerando o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, percepções e interpretações são importantes para transformá-las em problemas passíveis de intervenção por parte de políticas públicas.

2.2 Fluxo de soluções

O Fluxo de Soluções inclui o conjunto de alternativas e soluções em disputa na rede de políticas públicas. Entre as propostas de solução que originam as políticas públicas é possível identificar alguns padrões, tais como: a confiabilidade técnica; a aceitabilidade e compatibilidade entre os valores vigentes na sociedade; e a capacidade de antecipar contingenciamentos futuros, como os orçamentários (Kingdon, 2003).

2.3 Fluxo político

O Fluxo Político pode afetar a agenda governamental através de três elementos: clima ou "humor nacional", que é o compartilhamento de questões por um determinado período; solo fértil para certas ideias e descarte de outras. Temos, também, a atuação por grupos de pressão, opinião pública, movimentos sociais, processo eleitoral, entre outros; forças políticas organizadas através da geração de consenso ou conflito em torno de certas questões. As mudanças de governo, de pessoas em posições estratégicas, mudanças no Congresso, mudança na direção de empresas públicas, muitas vezes promovem aberturas para novos debates em termos do fluxo político.

2.4 O empreendedor de políticas públicas e a convergência entre os fluxos

Para Capella (2006), o empreendedor de políticas públicas é o indivíduo especialista em uma determinada questão, persistente na defesa de suas ideias e que promove a conexão entre problemas, soluções e clima político. Os empreendedores exercem um papel fundamental nas políticas públicas, pois são os atores que detêm qualidades básicas para integração dos fluxos, tais como: o apelo para se fazer ouvir, articulação política, habilidade para negociar e persistência.

É denominada de janela de oportunidade a convergência entre os três fluxos acima: problemas, soluções e político. É na janela de oportunidade que os empreendedores de política pública apresentam suas propostas. Conforme esquematização mostrada na figura 1, os três fluxos são reunidos pelos empreendedores de políticas.

Figura 1 - Esquematização do modelo de Kingdon mostrando a relação entre os três fluxos, a oportunidade de mudança e agenda



Fonte: (Capella, 2006, p. 32)

3 Aplicabilidade: a experiência do Ocupa Mãe como empreendedor de políticas públicas

O movimento Ocupa Mãe surgiu em 2018 com a intenção de orientar e incentivar a participação política das mães e crianças, colaborando na construção de políticas públicas mais assertivas e eficientes para mães e crianças através da participação política destas. Na prática, o movimento oferece: cursos de formação política nos quais as mães são encorajadas a participarem com seus bebês numa linguagem acessível para

todos; visitas em espaços públicos de poder, como Câmara dos Vereadores, Tribunal de Contas do Município, Subprefeituras, para mães e crianças vivenciarem esses espaços e serem vistas pelas pessoas que trabalham nesses locais; divulgação de políticas públicas relacionadas à maternidade e à infância.

O movimento se propõe a divulgar políticas públicas novas, pouco conhecidas, e de outras cidades, estados e países, para que sejam replicadas. Há também encontros com deputadas, vereadoras, secretárias, e subprefeitas para a construção de políticas públicas necessárias para mães e crianças. A participação de mães e crianças no controle social de políticas públicas acontece através do apoio à candidatura de mães para diversos conselhos (parques, UBS, escola, participativo, entre outros) e do incentivo para a participação de reuniões de conselhos, comissões e audiências. Essas ações são realizadas através de divulgação nas redes sociais e sites, a saber: Instagram, Facebook, LinkedIn e Whatsapp.

Ao longo de sua trajetória, por diversas vezes, o movimento Ocupa Mãe divulgou em suas redes sociais questões relacionadas à maternidade, infância e participação política. Algumas das questões levantadas chamaram a atenção da imprensa e do governo, ocasionando debates que antes não existiam e promovendo uma sensibilização dos formadores de políticas públicas.

Essa sensibilização da mídia e proximidade com os atores políticos exercida pelo movimento se assemelha às características esperadas dos empreendedores de política pública.

A seguir, foram mapeadas quatro atuações do movimento Ocupa Mãe, relacionando-as com os fluxos (problemas, soluções e políticos), a convergência desses e se houve ou não o acesso à agenda.

3.1 Propostas para o orçamento - Bolsa Amamentação

Em 2021, foi criada pela Prefeitura Municipal de São Paulo uma consulta pública² sobre quais deveriam ser as propostas priorizadas nos próximos quatro anos. O Ocupa Mãe elaborou uma proposta chamada de "Programa Municipal de Incentivo à Amamentação - Bolsa Amamentação", inspirada na Lei de Bolsa Amamentação da cidade de Paulínia³, onde as mães que amamentam são remuneradas. Não há indicadores sobre a amamentação na cidade de São Paulo, porém o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019), mostra que:

Os resultados para os indicadores de amamentação observados no ENANI-2019 revelam importante avanço quando comparados com a PNDS-2006, contudo ainda estão muito aquém das metas propostas pela OMS para o ano de 2030 (ENANI-2019).

Através do engajamento nas redes sociais, como as lives feitas com apoio de pessoas influentes do meio materno, muitas mães votaram, pela primeira vez, numa consulta pública, e a proposta do Bolsa Amamentação alcançou um notório décimo

2 - Consulta Pública no site Participe Mais intitulada "Programa de Metas 2021-2024 e Plano Plurianual 2022-2025"

3 - Lei nº 3243, de 16 de novembro de 2011

primeiro lugar, entre mais de seiscentas propostas. O encaminhamento⁴ dado pela Prefeitura foi de prometer ações relacionadas à conscientização da amamentação, porém não houve promessas sobre a remuneração para as mães que amamentam. Apesar de não haver uma criação de política pública que remunere as mães, o tema da amamentação ganhou visibilidade entre pessoas influentes do governo. O mapeamento a seguir, figura 2, relaciona as ações e o momento em questão com os fluxos do Modelo de Múltiplos Fluxos.

Figura 2- Mapeamento Bolsa Amamentação: Ações Ocupa Mãe x Fluxos de Kingdon

	Problema
Descrição	Elaboração de proposta para o Plano Plurianual da Cidade de São Paulo na consulta pública aberta pela prefeitura em 2021. A proposta enviada sugeria a remuneração das mães que amamentam.
	Fluxos
	Descrição
Fluxo de problemas	
Indicadores	- Não há métricas sobre a amamentação na cidade de São Paulo. - Há estudos sobre os custos do não aleitamento materno no Brasil. - ENANI-2019 evidencia índices nacionais muito distante das métricas desejadas pela OMS.
Crises	Situação atual de amamentação no Brasil está distante do recomendado pela OMS.
Eventos focalizadores	- Prefeitura lança uma consulta pública para que as pessoas façam sugestão do orçamento. - Ocupa Mãe cria uma proposta de lei que remunera as mães que amamentam, inspiradas numa atual legislação da cidade de Paulínia.
Feedback de ações	- Muitas influenciadoras digitais do meio materno participaram de lives para divulgar a votação na proposta da Bolsa Amamentação. - Muitas mães votaram pela primeira vez numa proposta do orçamento e numa consulta pública.
	Fluxo de soluções
Viabilidade técnica	A avaliar. A proposta de remunerar mães por amamentarem traz um custo aos cofres públicos, porém é necessário avaliar outros pontos como o gasto com leite artificial, gasto com a locomoção dessa mãe se ela for trabalhar, gastos com os sistema único de saúde com as doenças que podem aparecer com a não amamentação.
Aceitação pela comunidade	Muito bem aceita pelas mães
Custos toleráveis	Médio. Porém há benefícios a longo prazo que hoje as mães e crianças não possuem.
	Fluxo político
Humor nacional	As pessoas se sensibilizaram com a causa da amamentação.
Forças políticas organizadas	O engajamento nas redes de mães influenciadoras gerou muitos votos na proposta do orçamento.
Mudança no governo	Não houve mudança de governo
Convergência dos fluxos pelos empreendedores	- Engajamento nas redes sociais para incentivar a participação na consulta pública e voto na proposta da Bolsa Amamentação - Live com mães influentes para ampliar o alcance da votação - Ampla participação de mães que nunca haviam participado de consultas públicas
Acesso de uma questão à agenda?	- Não houve a criação da política pública, mas o assunto de amamentação ganhou um destaque no meio político. - O governo respondeu as propostas mais votadas, e informou que haveria um incentivo a amamentação nas creche e além da promoção de medidas de conscientização da importância da amamentação.

Fonte: Elaborado pela autora.

4 - Encaminhamento dado através do site Portal de Devolutivas da Prefeitura Municipal de São Paulo

3.2 Reativação das ruas de lazer

Durante a pandemia do COVID-19, a Prefeitura de São Paulo suspendeu, através de um decreto, a política pública chamada Ruas de Lazer. Essa política pública incentiva atividades esportivas, de lazer e de socialização através da proibição do trânsito de veículos nas ruas durante domingos e feriados.

Em 2021, após a flexibilização na utilização dos espaços abertos, as Ruas de Lazer continuavam suspensas, ou seja, não estavam em funcionamento e os frequentadores não podiam usufruir do espaço. Foi informado para a organização do Ocupa Mãe que a prefeitura prometia reativar as Ruas de Lazer, mas não cumpria com o prazo.

Após mapeamento das autoridades responsáveis pelas Ruas de Lazer, o Ocupa Mãe fez um post nas redes sociais solicitando a imediata reativação das Ruas de Lazer e pedindo apoio às suas seguidoras. A organização do Ocupa Mãe levou a questão à Comissão Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, ocasionando a elaboração de um requerimento questionando a prefeitura sobre as pendências para a reativação das Ruas de Lazer.

Na quarta-feira, 17 de novembro de 2021, ocorreu a reunião da comissão, transmitida de forma on-line, na qual houve a leitura e aprovação do requerimento. O Ocupa Mãe divulgou nas suas redes sociais um post onde marcava os responsáveis pelas Ruas de Lazer (secretário de esporte e prefeito) informando sobre a aprovação do requerimento vindo da Câmara dos Vereadores. No sábado, dia 20 de novembro de 2021, a organização do Ocupa Mãe foi informada pelos frequentadores da Rua de Lazer que a reativação aconteceria no dia seguinte, ou seja, no domingo dia 21 de novembro de 2021. Um post foi feito informando à população que o pedido de reabertura das Ruas de Lazer havia sido efetivado.

O contato entre o Ocupa Mãe e as autoridades responsáveis pela reativação das Ruas de Lazer ocorreu de forma indireta, através de postagens nas redes sociais. A articulação política e a credibilidade do movimento junto à Câmara dos Vereadores mostraram-se eficientes, pois de maneira rápida houve a reativação das Ruas de Lazer.

O mapeamento a seguir, figura 3, relaciona as ações e o momento em questão com os fluxos do Modelo de Múltiplos Fluxos.

Figura 3- Mapeamento Reativação das Ruas de Lazer: Ações Ocupa Mãe x Fluxos Kingdon

	Problema
Descrição	Apesar da flexibilização e retomada das atividades em geral, não houve a retomada das Ruas de Lazer pela prefeitura, que foram suspensas durante o período de isolamento devido ao COVID-19.
	Fluxos Descrição
Fluxo de problemas	
Indicadores	Há 62 Ruas de Lazer na cidade de São Paulo Não há indicadores sobre a utilização das Ruas de Lazer.
Crises	Descontentamento dos frequentadores das Ruas de Lazer devido a não retomada das atividades pós isolamento social ocasionado pelo COVID-19
Eventos focalizadores	- Suspensão do funcionamento das Ruas de Lazer durante a pandemia - Retomada das atividades ao ar livre durante o período de flexibilização, exceto das Ruas de Lazer
Feedback de ações	Descontentamento dos frequentadores das Ruas de Lazer por não conseguirem informações precisas com as autoridade responsáveis sobre a retomada das atividades das Ruas de Lazer
	Fluxo de soluções
Viabilidade técnica	Viável
Aceitação pela comunidade	Muito bem aceita por jovens, crianças e frequentadores
Custos toleráveis	Baixo custo
	Fluxo político
Humor nacional	Pessoas animadas com a flexibilização e retomada das atividades ao ar livre
Forças políticas organizadas	Retomada das atividades e eventos ao ar livre estavam sendo bem aceitos por grande parte da população
Mudança no governo	Não houve mudança de governo
Convergência dos fluxos pelos empreendedores	As postagens nas redes sociais pedindo apoio a retomada das Ruas de Lazer pela cidade mostraram aos vereadores a relevância do assunto. A divulgação do requerimento aprovado pela Comissão Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo que solicitava o prazo para a retomada das Ruas de Lazer pela prefeitura ocasionou a alteração na agenda pública, pois houve a retomada das atividades das Ruas de Lazer
Acesso de uma questão à agenda?	Houve o acesso à agenda pública. O funcionamento das Ruas de Lazer foi autorizado pela prefeitura três dias após a divulgação da aprovação do requerimento da Comissão.

Fonte: Elaborada pela autora

3.3 Alteração no Google Maps

Após a reativação das Ruas de Lazer, em novembro de 2021, foi constatado um excesso de motociclistas desrespeitando os bloqueios e transitando em um local proibido pela legislação. Em conversa com alguns motociclistas, a organização do Ocupa Mãe constatou que a maior parte destes eram profissionais que faziam entregas e que eram orientados pelas rotas de trânsito feitas pelos aplicativos. Os motociclistas preferiam infringir a legislação e cumprir a meta da entrega a alterar a rota e serem punidos pelo aplicativo por terem demorado mais que o planejado. O caminho para evitar que a legislação fosse desrespeitada e garantir a ausência de veículos nas Ruas de Lazer seria solicitar aos aplicativos de entregas que as rotas respeitassem a legislação. O problema foi levado ao poder público pela organizadora do Ocupa Mãe, mas não houve interesse

dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo.

Com a ausência do poder público, coube novamente ao Ocupa Mãe contar com o apoio do engajamento das redes. A estratégia tomada foi elaborar um vídeo curto com a explicação do problema e como seria a resolução. Houve um mapeamento dos responsáveis pela alteração e um pedido para que as pessoas compartilhassem o vídeo até chegar aos responsáveis. No site do Ocupa Mãe havia um extenso material com todas as informações necessárias para a alteração ocorrer, como as atuais Ruas de Lazer (conseguidas através de um pedido pela lei de acesso à informação) e link da legislação vigente. O vídeo viralizou e em alguns dias um funcionário do Google Maps entrou em contato com a organizadora do Ocupa Mãe informando que a alteração solicitada estava sendo executada e em breve estaria disponível para os aplicativos de entrega. Desde março de 2022, os trajetos sugeridos pelos aplicativos de entrega que utilizam a base de dados do Google Maps como referência não passam pelas Ruas de Lazer.

O problema em questão era o desrespeito à legislação das Ruas de Lazer e sua solução se deu fora da agenda pública, pois não houve interesse dos responsáveis políticos. O vídeo explicando o problema e informando a solução, somado ao engajamento nas redes sociais, ocasionou na sensibilização dos responsáveis pela alteração, levando assim à resolução do problema. O mapeamento a seguir, figura 4, relaciona as ações e o momento em questão com os fluxos do Modelo de Múltiplos Fluxos.

**Figura 4- Mapeamento alteração GoogleMaps:
Ações Ocupa Mãe x Fluxos de Kingdon**

	Problema
Descrição	Aplicativo de mobilidade Google Maps sugeria trajetos de trânsito em desacordo com a legislação vigente, ocasionado o desrespeito ao espaço ressevado para as Ruas de Lazer
	Fluxos
	Descrição
Fluxo de problemas	
Indicadores	Não há métricas sobre quantidade de veículos que desrespeitam a legislação e trafegam nas Ruas de Lazer
Crises	Frequentadores das Ruas de Lazer em risco pois motociclistas estavam desrespeitando a legislação e trafegando em local restrita para os pedestres
Eventos focalizadores	- Reativação das Ruas de Lazer - Falta de adequação dos aplicativos de mobilidade com a atual legislação - Falta de fiscalização dos agentes de trânsito - Não houve interesse das autoridades responsáveis em exigir que os aplicativos de mobilidade respeitassem a legislação de trânsito
Feedback de ações	Após a reativação das Ruas de Lazer, foi percebido pelos seus frequentadores, desrespeitos da legislação que ocasionavam em transito de veiculos numa área restrita para pedestres
	Fluxo de soluções
Viabilidade técnica	Viável. Adequação das rotas sugeridas pelos aplicativos de mobilidade com a legislação das Ruas de Lazer
Aceitação pela comunidade	A atualização do aplicativo para que a legislação das Ruas de Lazer fosse respeitada foi bem aceita entre motoristas que utilizam os aplicativos, os trabalhadores de entregas e os frequentadores das ruas de lazer
Custos toleráveis	Sem custo para os cofres públicos, pois a alteração deveria ocorrer na base de dados dos aplicativos de mobilidade.

Fluxo político	
Humor nacional	As pessoas se sensibilizaram com a causa
Forças políticas organizadas	O engajamento nas redes sociais foi alto, pois muitas pessoas desconheciam que os aplicativos de mobilidade desrespeitavam as legislações de trânsito
Mudança no governo	No início de 2022, os partidos políticos, e seus representantes no poder executivo e legislativo, estavam ponderando ações referentes às eleições de outubro próximo.
Convergência dos fluxos pelos empreendedores	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento dos responsáveis pela alteração do aplicativo de mobilidade - Informações técnicas relevantes para a solução do problema no site do Ocupa Mãe, como a explicação do que deveria ser feito: legislação relacionada, e ruas de lazer que estavam vigentes através de um pedido feito pela Lei de Acesso a Informação - Elaboração de um vídeo explicando rapidamente o problema, informando que a solução estava descrita no site do Ocupa Mãe, e pedindo apoio dos seguidores para ampliar o alcance do vídeo.
Acesso de uma questão à agenda?	O problema não entrou na agenda pública, mas foi solucionado com a pressão nas redes sociais pela empresa responsável pelo aplicativo de mobilidade

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 Escola sem tarifa

Em setembro de 2021, iniciou-se pelas redes sociais do Ocupa Mãe a campanha "Escola sem Tarifa" com a intenção de sensibilizar a sociedade, a mídia e as autoridades políticas sobre a questão dos pagamentos de tarifas bancárias das escolas públicas. Atualmente, escolas públicas pagam aproximadamente R\$1.000 por ano de tarifas bancárias. Após quase dois anos de campanha nas redes sociais, o conhecimento empírico adquirido aponta que as famílias dos alunos das escolas públicas desconhecem o assunto e se sentem afastadas dessa realidade. O que resulta num baixo engajamento nas redes sociais e pouca sensibilização das autoridades políticas.

Houve criação de dois projetos de lei referentes ao assunto na Câmara dos Deputados⁵ e no Senado Federal⁶ e, mesmo após mapeamento dos responsáveis e divulgação nas redes sociais, eles não avançaram. Até o presente momento, a questão não entrou na agenda pública e não foi solucionada. O mapeamento a seguir, figura 5, relaciona as ações e o momento em questão com os fluxos do Modelo de Múltiplos Fluxos.

⁶ Projeto de Lei nº 2341, de 2022

Figura 5- Mapeamento Escola sem Tarifa: Ações Ocupa Mãe x Fluxos de Kingdon

	Problema
Descrição	Escolas públicas pagam aproximadamente R\$ 1000 por ano de tarifas bancárias.
Fluxos	Descrição
Fluxo de problemas	
Indicadores	- Não há registros nas bases do governo de quanto as instituições públicas de ensino pagam por ano de tarifas bancárias. - Dados colhidos pelo Ocupa Mãe mostram que as escolas públicas pagam aproximadamente R\$ 1000 de tarifas bancárias cada uma por ano.
Crises	- Recursos públicos destinado à manutenção das escolas são insuficientes para atender às necessidades da comunidade escolar - Parte do dinheiro destinado às escolas são direcionados ao pagamento de tarifas bancárias - Projetos de lei parados e com pouca aceitação no governo
Eventos focalizadores	Fechamento das escolas no período da pandemia de COVID-19 diminuiu o recurso financeiro disponível nas escolas pois não havia a possibilidade de se fazer festas temáticas nem ações de arrecadação
Feedback de ações	- O problema é desconhecido pela população, sendo restrito às diretoras de escolas - Pessoas surpresas com a situação das escolas públicas - Solução de difícil entendimento pela maior parte das pessoas envolvidas, pois envolve a esfera federal
Fluxo de soluções	
Viabilidade técnica	Viável
Aceitação pela comunidade	Ao serem informadas das cobranças de tarifas bancárias, as pessoas ficam desacreditadas da situação, desejam que as instituições públicas de ensino sejam isentas de tarifas bancárias, mas ficam confusas com a complexidade da solução.
Custos toleráveis	Baixo custo
Fluxo político	
Humor nacional	Após quase dois anos de campanha nas redes sociais, o conhecimento empírico adquirido aponta que as famílias dos alunos das escolas públicas desconhecem o assunto e se sentem afastadas dessa realidade. Resultado: baixo engajamento nas redes sociais.
Forças políticas organizadas	Criação de dois projetos de lei na esfera federal para resolução do problema
Mudança no governo	Não houve mudança de governo
Convergência dos fluxos pelos empreendedores	- Mapeamento dos responsáveis para que haja a isenção do pagamento das tarifas pelas escolas públicas - Divulgação nas redes sociais sobre as possíveis solução do problema - Divulgação dos valores pago pelas escolas
Acesso de uma questão à agenda?	O problema não entrou na agenda pública e não foi solucionado

Fonte: Elaborado pela autora.

4 Conclusão

O Modelo dos Múltiplos Fluxos foi elaborado por Kingdon e Zahariadis com o intuito de analisar as políticas públicas nas áreas de transportes e saúde do governo dos Estados Unidos da América. A aplicabilidade proposta neste artigo mapeou ações que

ocorreram, em sua maior parte, de forma virtual, utilizando-se de redes sociais, com assuntos relacionados à maternidade e infância nas áreas de educação, lazer, esporte, mobilidade, empregabilidade e saúde pública. O Modelo dos Múltiplos Fluxos se mostrou adequado para analisar o desfecho dos quatro casos analisados, independente da efetividade da alteração da agenda pública.

A análise das ações mapeadas do movimento Ocupa Mãe mostrou semelhança com as ações de um empreendedor de políticas públicas. O engajamento nas redes sociais auxiliou na sensibilização de uma parte da população, da mídia e dos responsáveis pelas políticas públicas, trazendo alguma atenção aos assuntos comumente não priorizados. Também é vista a convergência dos fluxos apresentados para cada uma das ações, e que, nos casos em que a agenda pública não foi alterada, houve a exposição do tema, discussões e sensibilização do poder público. A partir do mapeamento apresentado e das ações realizadas, é possível perceber que o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon pode ser aplicado e se mostra adequado no contexto atual, em que uma grande parte do ativismo político aconteceu de forma virtual através do engajamento nas redes sociais.

Referências

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9055 de 2017**. Dispõe sobre a proibição de cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino. Brasília: Câmara, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2160856>. Acesso em: 18 abr. 2023

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2341, de 2022**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília: Senado, 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9194788&ts=1661425732889&disposition=inline>. Acesso em: 18 abr. 2023

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 61, p. 25-52, 2006. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/291>.

FUSTER, D. A. Formação da Agenda: Modelo de Múltiplos Fluxos. São Paulo: Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, 2019. Disponível em: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigos/1877-formacao-da-agenda-modelo-de-multiplos-fluxos>. Acesso em: 18 abr. 2023

JANNUZZI, Paulo de Martino. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 4, p. 117-142, 2016.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor : University of Michigan, 2003.

LIPSKY, Michael. **Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. 2019.

LOTTA, Gabriela Spanghero et al. O impacto da pandemia de Covid-19 na atuação da burocracia de nível de rua no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

OCUPA MÃE. **Ocupa Mãe**. São Paulo, SP. Instagram: @ocupamae. Disponível em [instagram.com/ocupamae](https://www.instagram.com/ocupamae). Acesso em: 18 abr. 2023

OCUPA MÃE. **Proposta para a consulta pública**: Programa Municipal de Incentivo à amamentação - Bolsa Amamentação. São Paulo, 2021. Disponível em <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislation/processes/116/proposals/167>. Acesso em: 18 abr. 2023

OCUPA MÃE. **Ocupa Mãe**. São Paulo, 2023. Disponível em www.ocupamae.com. Acesso em: 18 abr. 2023

OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n. 29, 2007

PAULÍNIA. **Lei nº 3243, de 16 de novembro de 2011**. Criação do Programa Municipal de Incentivo à Amamentação- Bolsa Amamentação. Paulínia, SP: Legislação Municipal, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/p/paulinia/lei-ordinaria/2011/325/3243/lei-ordinaria-n-3243-2011-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-incentivo-a-amamentacao-bolsa-amamentacao-sua-inclusao-no-programa-prioridade-social-e-da-outras-providencias?q=prioridade+social>. Acesso em: 18 abr. 2023

SÃO PAULO (Município). Consulta Pública: Programa de Metas 2021-2024 e Plano Plurianual 2022-2025. In: SÃO PAULO (Município). **Participe Mais**. São Paulo: Governo Aberto, 2023. Disponível em <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislation/processes/116>. Acesso em: 18 abr. 2023

SÃO PAULO (Município). **Devolutiva PDM 2021-2024**. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2021. Disponível em <https://devolutiva.pdm.prefeitura.sp.gov.br/?id=2617#>. Acesso em: 18 abr. 2023

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 55.684 de 2014**. Dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas. 2014. São Paulo: Legislação Municipal, 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55684-de-12-de-novembro-de-2014>. Acesso em: 18 abr. 2023

SÃO PAULO (Município). **Programa de metas 2021-2024**: versão final participativa. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Governo Municipal, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/programa_de_metas/programa-de-metas-2021-2024/pdm.relatorio.versao.final.participativa.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Aleitamento materno**: prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (Relatório 4: ENANI 2019). Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 18 abr. 2023